

Curso/Disciplina: Direito Processual Penal Objetivo

Aula: Direito Processual Penal Objetivo - 11

Professor(a): Elisa Pittaro

Monitor(a): Dayane Vieira Carlos

Aula 11

Jurisdição (cont.)

Princípio do Juiz Natural

Relembrando a matéria de Teoria Geral do Processo, temos os pressupostos processuais de existência e de validade:

Pressupostos Processuais de Existência	Pressupostos Processuais de Validade
Partes	Capacidade
Pedido	Regularidade
Órgão jurisdicional	Competência

Segundo Ada Pellegrini, a observância do Pressuposto Processual de Existência órgão jurisdicional está ligado ao princípio do Juiz Natural, principalmente no que se refere a competência prevista na Constituição Federal.

Se houver violação de uma regra de competência fixada na Constituição Federal, o vício seria de Inexistência.

Situação: O indivíduo foi processado e absolvido com sentença transitada em julgado na Justiça Estadual pela prática de um crime de competência da Justiça Federal. O que o Procurador poderá fazer?

1ª Orientação (Paceli):

Não importa se a regra de competência está ou não na Constituição pois é um pressuposto processual de validade cuja inobservância é causa de Nulidade. Porém, como não existe instrumento capaz de desconstituir a coisa julgada em hipótese de absolvição, não há nada a ser feito.

Obs: caso fosse sentença condenatória, poderia haver Revisão Criminal.

2ª Orientação (STF):

A violação de regra de competência fixada na Constituição é causa de Inexistência Jurídica por violação ao princípio do juiz natural. Esta situação viola um pressuposto processual de existência. O ato inexistente não produz efeito e não gera coisa julgada.

3ª Orientação (Ada Pellegrini):

Apesar do vício ser de Inexistência jurídica, o Pacto de San Jose da Costa Rica proíbe o bis in idem, logo não há nada a ser feito. Seria extremamente gravoso sujeitar o individuo a novo processo criminal.

Princípio do Promotor Natural

Não é uma garantia do promotor, mas sim da sociedade. Seria um princípio constitucional implícito que decorre das regras da Inamovibilidade e Independência Funcional. Assegura que ninguém será processado se não por um membro do MP que possua atribuição.

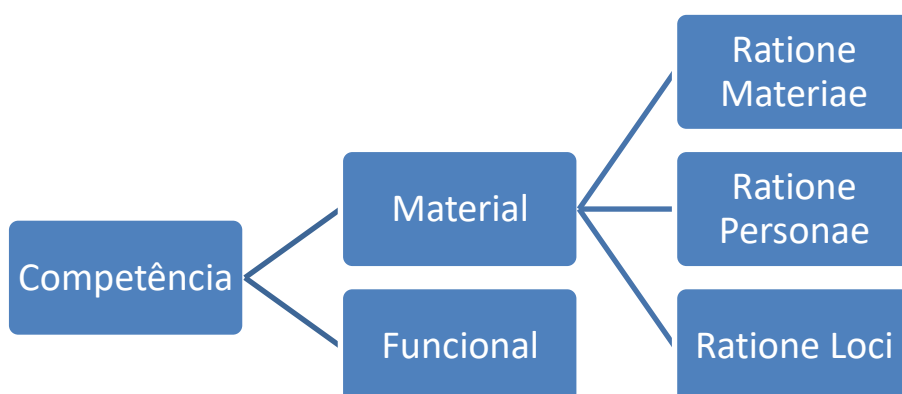
O Supremo ente que este princípio não existe e se existe, não é aplicado no Brasil por conta do princípio da unidade que norteia a Instituição. Os seus membros podem se substituir sem comprometer a atividade final do Parquet.

Competência

É o âmbito legislativamente demarcado dentro do qual juiz e tribunais exercem jurisdição. É a baliza da jurisdição.

A natureza jurídica das regras de competência é de pressuposto processual de validade cuja inobservância gera Nulidade.

Classificação das Regras de Competência



A competência *ratione materiae* é aquela que é fixada considerando a natureza da infração. Ex.: competência do Tribunal do Júri, da Justiça Militar, da Justiça Eleitoral etc.

A competência *ratione personae* é aquela que é fixada considerando as qualidades do acusado. Ex.: Foro por Prerrogativa de Função.

A competência *ratione loci* é a fixada a partir de regras territoriais.

A competência funcional é aquela que vai se subdividir e estabelecer a competência de dois ou mais juízes em um mesmo processo. Ex.: competência recursal (juiz de primeira instância e de segunda), competência do Júri (juiz presidente e jurados), JECRIM (conciliador e juiz), juízo da Execução Penal, etc.

O segundo critério de classificação divide a Competência em Absoluta e Relativa, sendo a primeira aquela cuja regra foi fixada considerando interesse público e não privado. Pode ser alegada a qualquer momento e até mesmo reconhecida de ofício pelo magistrado. Já a competência relativa é aquela cuja regra foi fixada considerando interesse da parte. Sua violação deve ser alegada no momento oportuno sob pena de prorrogação de competência.

Mesclando os dois critérios, observamos que:

Competência Absoluta	Competência Relativa
Ratione materiae	Ratione Loci
Ratione personae	
Funcional	